

Nanci Saraiva Moreira

Orientador:
Profa. Dra. Sueli Ramos Schiffer

C

ONSTRUÇÃO ESCOLAR –
DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS e
PROPOSTAS PARA A ESCOLA
RURAL VISANDO A
DEMOCRATIZAÇÃO DO CAMPO

156

pós-

RESUMO

Este texto apresenta a realidade da escola rural paulista e a necessidade de sua reestruturação a fim de promover uma educação escolar que possibilite a inserção do trabalhador rural, ora existente e proveniente do programa de reforma agrária, no mercado de trabalho. Para tanto expõe a necessidade de reavaliação do atual programa arquitetônico e especificação de materiais das escolas estaduais – rural e urbana – a fim de compatibilizá-los à atual proposta pedagógica e, partir daí, realizar um programa arquitetônico diferenciado para a escola rural, tendo em vista sua característica de isolamento. Realiza ainda uma reflexão quanto à necessidade de uma possível reformulação na forma de entender a escola.

ABSTRACT

This text presents the reality of the rural school in the state of São Paulo. It points out the need for its reconstruction in order to provide the kind of school education demanded by the present rural laborer (who lives and who derives from the agrarian reform) in face of the present requirements of the labor market. The present architectural program and specification of materials in use at urban and rural state schools must be reassessed. This is necessary in order to adequate then to the present pedagogical program. In sequence the text shows the need to foster an architectural program which considers the difference of rural schools in regard to its isolation features. Finally, there is a discussion as to the need for reformulating the concept of school.

Falar em escolas rurais hoje em dia é um tema um tanto quanto polêmico, uma vez que se acredita não ser este um assunto relevante, pois a urbanização impera no país. No estado de São Paulo o número de pessoas residentes nas cidades ultrapassa os 90% de sua população sendo que, no período de 1980 a 1991, a população rural decresceu 2% ao ano, segundo dados do IBGE, tendência que se confirma para essa década.

São Paulo é o estado brasileiro que possui a zona rural mais desenvolvida do país. A porção territorial ocupada pela zona rural no estado é estimada em 51%¹ e pode ser subdividida em terras produtivas e reservas ambientais. É flagrante, no entanto, a distorção existente entre algumas das regiões do estado no que concerne ao desenvolvimento econômico e produtividade da terra.

A região de Ribeirão Preto, por exemplo, é conhecida como “Califórnia brasileira” devido ao alto poder aquisitivo de parte de sua população e a acentuada “urbanização”² de sua zona rural. Simultaneamente, a região do Vale do Ribeira, apesar do seu valor ambiental de extremo potencial turístico, caracteriza-se pela pobreza de sua população e pelas práticas arcaicas de produção agropecuária e relações de trabalho.

Regiões como a do Vale do Paraíba, Sorocaba e Presidente Prudente, entre outras, possuem uma vastidão de terras, de potencial agrícola e turístico, subutilizadas. Esta subutilização, quando relacionada ao potencial produtivo, acarreta no encarecimento de seus produtos, fazendo com que seu valor de venda seja inferior ao investido na produção, ou ainda criando dificuldades para sua venda em um mercado altamente competitivo que solicita, cada vez mais, certificação ISO 9000 e ISO 14000.

Possivelmente uma das causas da subutilização produtiva seja a falta de capacitação técnica dos pequenos e médios proprietários para buscar soluções alternativas e economicamente viáveis, de forma a tornar a terra rural rentável, produtiva.

É possível que esse efeito seja minimizado pela oferta à essa população de uma educação escolar que a instrumentalize e a incentive a buscar a educação permanente, a fim de permitir que seu aperfeiçoamento técnico seja contínuo.

O estado de São Paulo vem desenvolvendo uma alteração em sua estrutura fundiária devido à implementação da política de reforma agrária. Este fato pode ampliar a penosa situação vivida pelos pequenos e médios proprietários rurais, caso não se promova uma política de incentivo à produção e à adequada instrumentalização educacional dessa população. Se considerarmos as dificuldades financeiras atualmente enfrentadas pelo pequeno e médio produtor rural, é possível prever-se a situação que deverá se configurar para os novos assentados.

Ações de fomento para as áreas rurais evidentemente dependem de políticas específicas a serem estabelecidas pelos governos estadual, municipal e federal,

(1) IBGE – Censo demográfico 1991.

(2) Existência de serviços e infra-estrutura urbana sem, porém, apresentar adensamento populacional.

porém, o que se tem notado é que estas ações são desconexas e têm trazido poucos resultados práticos para a população que vive do trabalho do campo. Especificamente no que se refere à política de atendimento escolar, verifica-se que suas ações são incoerentes e possibilitam a geração de um “descuido” para com a população do campo que, por não estar articulada, é simplesmente esquecida.

A configuração do espaço rural paulista, e em especial a aparência de suas escolas, demonstram claramente o momento histórico desolador em que vive a população rural. Ociosidade, subutilização de terras, edifícios precários e falta de condições de vida digna para parte de sua população são cenas comuns de serem vistas.

A questão que se propõe não é levar o homem da cidade para o campo nem interromper a migração do campo para a cidade. O que se almeja é dar condições ao trabalhador rural de ter instrução suficiente para produzir e viver adequadamente em pequenas e médias propriedades ou ainda, se for o caso, dar a ele condições de optar por viver em centros urbanos, possuindo as mesmas condições educacionais oferecidas àquele homem que obteve formação escolar na cidade, oferecendo à essa população também o direito à cidadania.

CARACTERIZAÇÃO DA ZONA RURAL PAULISTA

Ao se observar a evolução da produção rural paulista, verifica-se uma contínua modernização das técnicas de produção iniciada no final dos anos 50 e a generalização do trabalho assalariado. As transformações na relação *capital x trabalho* também provocaram a difusão do trabalhador volante, que passou a viver nas periferias das cidades e trabalhar, na maioria das vezes, sazonalmente na zona rural. Aqueles que permaneceram nas áreas rurais “urbanizaram-se” comandados pelo modelo econômico determinado pelo capital ou permaneceram alheios à evolução econômica tornando-se miseráveis e sem condição de vida digna. Atualmente, a mecanização e a utilização da biotecnologia na produção rural determinam um novo comportamento do homem perante o trabalho e exigem, cada vez mais, aperfeiçoamento da mão-de-obra, seja para o trabalhador rural localizado nas periferias urbanas, seja para os poucos que ainda vivem localizados na zona rural.

As alterações efetuadas nas relações comerciais acentuaram a característica de isolamento da população rural, uma vez que o trabalhador, ou proprietário rural, não necessita ir mais à cidade para vender ou comprar produtos, pois esta tarefa pode ser realizada por telefone, ou pela internet – no caso destes serviços estarem disponíveis na região. Quando estes serviços não estão disponíveis, muito provavelmente a região é montanhosa, de difícil acesso, e sua população permanece isolada devido às próprias características ambientais do local. Sob este

ponto de vista – de isolamento do homem do campo – a cidade deixa de ser um pólo agregador e difusor de comportamentos. Com isso, a população do meio rural passa a ficar sujeita a não se encontrar com o outro e permanecer cada vez mais isolada e dependente de informações virtuais.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA RURAL

Os prédios escolares localizados na zona rural geralmente apresentam os mesmos problemas construtivos, de implantação de blocos e de acabamentos. As observações a seguir são genéricas, porém, podem ser encaradas como comuns a essas escolas.

Ao se analisar a rede de escolas rurais, pode-se perceber que a grande maioria dos prédios está em situação precária, sendo a precariedade estendida, inclusive, embora de forma menos acentuada, aos prédios que sofreram adequação após o programa de agrupamento rural realizado em 1989³ e àqueles que se originaram de um projeto padronizado. Esta situação é devida à ampliação aleatória destes prédios.

Nas escolas rurais, quando um ambiente torna-se necessário e há área livre disponível, este geralmente é construído nesses espaços livres sem que se respeitem a funcionalidade e normas técnicas de construção visando conforto ambiental, circulação e segurança.

O prédio escolar rural é basicamente composto por salas de aula, sendo normalmente subdimensionadas às demais dependências de apoio quando comparadas ao programa arquitetônico oferecido às escolas urbanas. Nesses prédios os sanitários, geralmente, estão localizados fora do corpo principal do edifício, e quando o aluno possui uma passagem coberta para alcançá-lo, esta, geralmente, é construída na forma de “puxadinho” (cobertura precária para proteção da chuva). A circulação de alunos, professores e pessoal administrativo nessas escolas, na maioria das vezes é inadequada e aleatória, tornando difícil a fuga de pessoas em caso de pane. A planta e fotos anexadas ilustram essa situação. Trata-se da Escola Estadual Toshimaro Kakuta, localizada no município de Guapiara, documentada em junho de 1998.

O agrupamento de escolas rurais agravou a situação de inadequabilidade dos espaços dessas escolas, ao promover o crescimento de seus prédios sem o auxílio de projeto arquitetônico específico para viabilização da ampliação.

As escolas que atendem da 5ª à 8ª série e o Ensino Médio, geralmente, não possuem ambientes de apoio pedagógico como laboratórios, bibliotecas e salas de informática. As bibliotecas, quando existem, não passam de local para guarda de livros. Quadras de esportes são uma raridade nessas escolas, e quando aparecem não obedecem às dimensões oficiais.

(3) Programa realizado pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo que fechou escolas isoladas, prédios com capacidade de uma ou duas salas de aula, agrupando seus alunos em prédios de maior capacidade de salas e infra-estrutura (física e de pessoal). Esse agrupamento baseou-se na coleta de alunos pulverizados pelos sítios e fazendas que, por meio de transporte, foram encaminhados para escolas maiores geralmente localizadas em um bairro rural.

Figura 1
Planta dos pavimentos

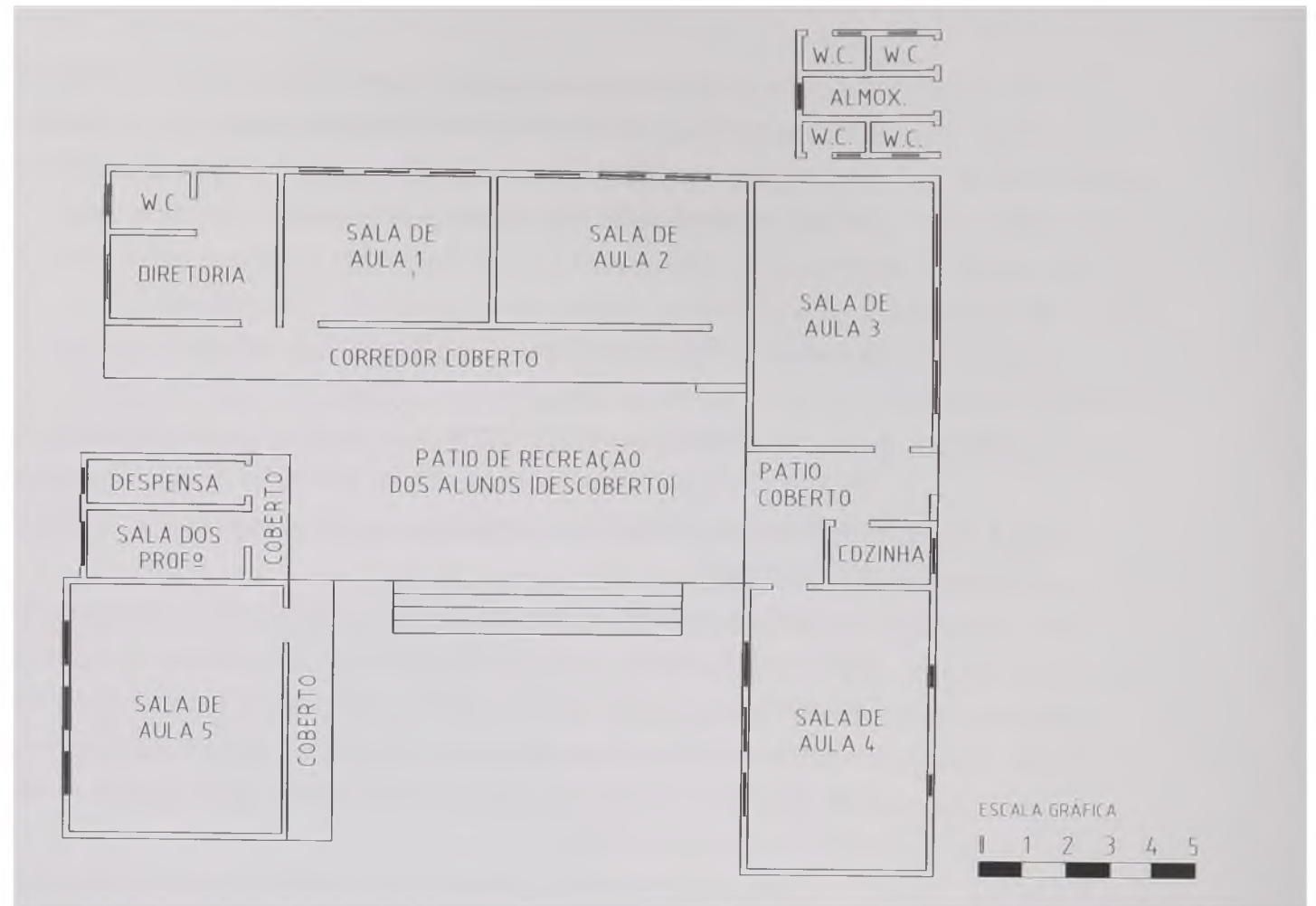


Figura 2
Fachada da EE
Toshimaro Kakuta (foto de 1998) — A escola atende da 1ª à 8ª série do Ensino Fundamental
FONTE: Arquivo pessoal



Figura 3
Vista lateral da EE
Toshimaro Kakuta (foto 1998)
FONTE: Arquivo pessoal



A precariedade dos prédios escolares rurais também pode ser observada nos acabamentos e implantação dos blocos. Comumente estes prédios não possuem forro nas salas de aula e demais ambientes. Os pisos e pinturas não obedecem a um critério arquitetônico e são realizados sem técnica. A definição das “águas” dos telhados é feita de forma aleatória formando, muitas vezes, verdadeiros rios entre os blocos existentes. As instalações elétricas são ampliadas conforme a necessidade da escola, sem promover a reformulação da entrada de energia e a verificação da adequabilidade da instalação existente, tornando possível, na melhor das situações, eventuais quedas de tensão e queima de equipamentos. A utilização da tecnologia de informação nessas escolas, como vídeos e computadores, tem agravado a situação.

Enfim, o prédio escolar rural, por não fazer parte das prioridades de investimento, não possui uma arquitetura de escola. Sua aparência e concepção, em grande parte dos casos, pode ser identificada com a da autoconstrução: feita por partes, sem preocupação com estética e conforto ambiental e com pouca segurança para o usuário no que se refere à fuga.

Nos últimos dois anos, no entanto, especificamente a partir de 1999, em algumas regiões do estado, as escolas rurais passaram a fazer parte dos planos de ampliação da rede de escolas devido à efetivação da reforma agrária. Assim, municípios e estado têm investido tanto na construção de novos edifícios como na ampliação dos prédios existentes nessa rede de escolas. O que ocorre é que esses edifícios, devido à própria característica de baixa densidade populacional da zona rural, normalmente não alcançam o número de salas de aula necessário para a instalação do programa arquitetônico completo⁴. Isso faz com que o aluno rural raramente tenha direito, por exemplo, ao ensino, utilizando a informática como ferramenta, uma vez que o ambiente “sala de informática” somente é oferecido para escolas cuja capacidade supere a oito salas de aula. O programa arquitetônico adotado também é idêntico àquele adotado para a escola urbana, sem levar em consideração uma possível necessidade de ambientes diferenciados e específicos para essa população.

ESCOLA E PROJETO SOCIAL

Cabe à escola tratar a informação e dar a ela uso social. A tendência da escola atual é deixar de ser alfabetizadora para se transformar em agente de sociabilização do indivíduo, deixando de ser exclusivamente fonte de informação para se transformar em fonte de formação.

A escola é fruto do desenvolvimento econômico, político e social de um país, estando reservado a ela a universalização do saber para que este possa ser utilizado na formação e conscientização da sociedade. A escola em si não altera

(4) O programa arquitetônico de escolas é composto por ambientes, e dimensões destes, considerados necessários para o bom desempenho pedagógico. Em função do custo, ambientes especiais considerados como “de apoio pedagógico” somente são oferecidos para escolas com capacidade de salas de aula igual ou superiores a oito, ou seja, a partir de oito salas de aula a escola passa a comportar o ambiente “sala de informática”, e a partir de 12 salas a escola passa a oferecer, além da “sala de informática”, o ambiente “uso múltiplo” que pode ser utilizado como laboratório ou biblioteca.

(5) Equipe do "convênio escolar" – fruto de um acordo formalizado entre a prefeitura de São Paulo e o estado, visando o cumprimento da Constituição de 1942 que, entre outras, definia porcentagens mínimas de investimento na educação primária. Apesar de a constituição referir-se à educação primária, a equipe do "convênio" estudou programas até o curso profissionalizante (nível de 2º grau).

(6) Movimento educacional que no início do século 20 na Europa, e meados desse mesmo século no Brasil, transformou a educação escolar. Esta deixou ser teórica – escola tradicional, para ser prática – escola nova. Na nova escola o ensino era baseado em aulas práticas para que o aluno "aprenda fazendo" e vendo (construtivismo). Esse movimento deveu-se principalmente ao advento da "Revolução Industrial" e à necessidade de treinamento de mão-de-obra de uma sociedade que deixava de ser manufatureira para tornar-se industrial.

uma situação política, mas pode auxiliar sua mudança quando enfatiza, por exemplo, a necessidade de construção do cidadão brasileiro ou a capacitação de seu povo.

IDÉIAS PEDAGÓGICAS E ESPAÇO ESCOLAR

A escola, ao longo da história, pode ser identificada como instrumento de alteração ou de manutenção de um determinado modelo econômico. Algumas vezes foi dominadora, outras vezes libertadora. Visando solucionar esse problema, acredita-se que a autonomia da escola, pedagógica e econômica, possa ser uma alternativa que auxilie a construção de uma sociedade que privilegie as culturas locais em detrimento aos padrões de comportamentos ditados por uma sociedade mundializada e pelo modelo econômico vigente.

A educação escolar ainda hoje, em grande parte das escolas, está baseada na passagem dos conteúdos (programa das disciplinas) de forma expositiva – método tradicional de ensino, que utiliza a "sala de aula" como o ambiente pedagógico mais importante, se não o único, do edifício escolar. Este tipo de educação coloca o professor como fonte do conhecimento, sendo este o responsável pela transmissão do saber. A educação realizada desta forma fica restrita e sob responsabilidade exclusiva do professor que, em tese, detém a informação e o conhecimento. Como atualmente a informação está disponível a todas as pessoas – porém sua veiculação se dá de forma aleatória pela TV, rádio, internet, etc. – a educação escolar, visando sua apropriação, passou a utilizar esses veículos de informação como ferramentas auxiliares no processo de aquisição de conhecimento, reservando ao professor o papel de orientador na organização e inter-relacionamentos das informações fornecidas por estes meios de comunicação transformando-a, desta maneira, em conhecimento. Assim, a educação escolar passou a não mais priorizar a apropriação de conteúdos do saber universal pela simples "passagem" do conhecimento por um único interlocutor – o professor, mas priorizar o processo de aquisição do conhecimento e suas finalidades pela utilização dos veículos de informação disponíveis sob a orientação do professor.

Sob esse enfoque a sala de aula como conhecemos hoje – ambiente desprovido de equipamentos e instalações, com um quadro-negro colocado em uma das paredes, mobiliada com carteiras e cadeiras organizadas em fila – deixa de ser o principal ambiente da escola e torna-se um ambiente de apoio, ao contrário do atualmente estabelecido pelo senso comum.

O programa arquitetônico das escolas estaduais paulistas, como conhecemos hoje, foi concebido na década de 50 por um grupo de engenheiros e arquitetos⁵ que, apoiados nos ditames da "escola nova"⁶, organizaram-no de forma a oferecer,

além da sala de aula, ambientes de apoio como: laboratórios de biologia, física e química; bibliotecas, sala de artes, auditório, etc. Esse programa, bastante extenso, com o passar dos anos foi sendo reduzido e transformado em ambientes de “uso múltiplo” A redução do programa arquitetônico deveu-se ao custo, à pouca utilização desses ambientes pelos professores e à falta de verbas para sua manutenção.

Também foi na década de 50 que carteiras e cadeiras desprenderam-se do chão e se tornaram individuais para propiciar o arranjo do mobiliário em grupos de alunos. Providência adotada também com vistas aos ditames da “escola nova”

Atualmente o programa arquitetônico das escolas estaduais do estado de São Paulo divide-se em dois: um para as escolas com atendimento da 1ª à 4ª série que utiliza a sala de aula como único ambiente pedagógico; e outro para as escolas com atendimento da 5ª à 8ª série que oferece, além da sala de aula, dois ambientes pedagógicos de apoio. Estes ambientes, no entanto, são oferecidos conforme a capacidade de atendimento dos prédios: “sala de informática” – para escolas com capacidade de atendimento igual ou superior a oito salas de aula e “uso múltiplo” – ambiente que pode ser utilizado como biblioteca ou aula prática (laboratório) para escolas com capacidade de atendimento igual ou acima de 12 salas de aula. A redução do programa arquitetônico das escolas, no que se refere a ambientes de apoio, em parte é compensada pelo método de ensino implantado na rede estadual – salas-ambiente – que transforma a sala de aula em um ambiente específico para cada disciplina. Nestes ambientes são colocados materiais didáticos específicos para serem utilizados como apoio ao desenvolvimento do curso ministrado na sala-ambiente, por exemplo: globos terrestres para as aulas de geografia e história, cartazes do corpo humano para as aulas de ciências; cones, esquadros, compassos, etc., para as aulas de matemática e assim por diante. Este método de ensino apóia-se no fato de que as salas de aula devam funcionar como pequenos laboratórios organizados por área de conhecimento. Para que esse programa funcione é necessário que os alunos se subdividam em grupos nas classes e discutam entre si as premissas e linhas de pesquisa que adotarão, a fim de realizar o trabalho escolar sobre um determinado assunto. Esse sistema de ensino também preconiza que os alunos troquem de sala durante o intervalo entre aulas, a fim de que estes ocupem uma nova sala, específica para a disciplina que irá cursar. Estas duas ações geram um ruído adicional no prédio que necessita ser corrigido pela especificação de materiais de acabamento e organização espacial do prédio. Além disso, pressupõe-se que uma sala de aula equipada com materiais diversos certamente necessitará de instalações e mobiliário diferenciados como: pontos de energia, lógica, telefonia e água, armários, estantes, mesas, etc.

ARQUITETURA DO ESPAÇO ESCOLAR

O esquema funcional de articulação dos ambientes não deve restringir as várias possibilidades de arranjo espacial e sim servir como referência para as diversas funções existentes no edifício escolar. As atividades desenvolvidas no prédio escolar podem ser tratadas como complementares e não estar, necessariamente, localizadas em espaços diferentes.

Além dessas considerações, vale a pena ressaltar que o prédio escolar é construído para crianças e adolescentes, sendo estes os usuários finais do edifício e não os professores e pessoal de apoio. Assim, deve-se ter em mente quando da elaboração do projeto arquitetônico que a percepção, definida pelo ato de gerar e reter informação, é um elemento importante a ser considerado, pois é ela que estabelece a comunicação entre a realidade e o intelecto. Assim, é recomendável que os espaços educacionais sejam projetados considerando as diferentes possibilidades de forma, cor e textura estimulando, com isso, o estabelecimento das percepções. Deve-se levar em conta ainda as características diferenciadas de necessidades espaciais de jovens e crianças. Para a criança é importante a existência de espaços que estimulem a exploração. Meandros, texturas, sombras, cores, relevos, superfícies diversas e jardins devem ser explorados na criação de espaços educacionais, de forma a desenvolver o sentido de exploração e o equilíbrio motor. Já o adolescente, por estar em uma fase de socialização, necessita de espaços para se agrupar, conversar, trocar idéias e jogar. Os jovens são expansivos, costumam andar em “turmas” Assim, os espaços para jovens requerem a criação de locais que possibilitem as atividades para jogos em equipe e áreas agradáveis para reunião.

É importante ainda que a arquitetura escolar acompanhe as necessidades econômicas e sociais de nossa época. Assim, espera-se que arquitetura elaborada para as escolas estaduais, por se tratar de um edifício público, atenda, além das necessidades de conforto de seus usuários e atendimento à proposta pedagógica, à premente necessidade de economia de energia ambiental, seja ela na proposição da implantação do edifício e especificação de materiais que gerem economia de custos em manutenção, energia elétrica e água, seja ela na escolha de materiais recicláveis e de menor custo ambiental.

CONSIDERAÇÕES PARA DEFINIÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR RURAL

Como visto, o prédio escolar, seja ele rural ou urbano, necessita ser revisto em suas especificações, necessidades ambientais e dimensionamento. Os ambientes pedagógicos da escola não deveriam ser pensados como salas de aula

no conceito comum desse ambiente⁷ e sim como laboratórios para o desenvolvimento de atividades específicas, sugerindo-se uma especificação ambiental, de materiais e de mobiliário diferenciada para cada ambiente.

Especificamente para a escola rural, considerando a necessidade de qualificação de mão-de-obra e as características de isolamento da população rural, é necessário que se viabilizem para esse edifício outros ambientes e não somente os considerados necessários para o bom desempenho pedagógico. A escola rural não deveria ser pensada, ou construída, exclusivamente para atender à formação escolar de crianças e jovens, mas também oferecer atendimento aos adultos que necessitem reciclar, ou mesmo iniciar seus conhecimentos.

Geralmente o único edifício público nas regiões rurais é a escola, assim, este edifício deveria, além de oferecer educação, servir a outras necessidades da comunidade e ser dotado de uma arquitetura adequada, sem assemelhar-se à autoconstrução. Deveriam ainda evidenciar a cultura local de forma a valorizar a comunidade rural da qual faz parte, a fim de que esta população integre-se à sociedade como cidadãos, não necessariamente representantes da cultura urbana. Visando ainda a valorização das comunidades locais, é recomendável que esses edifícios sejam construídos respeitando-se a cultura local, de forma a não lhes impor padrões construtivos e estéticos alheios à sua cultura. Para tanto sugere-se que se realize, antes da opção do partido arquitetônico, pesquisa de materiais disponíveis no local e estética arquitetônica da região.

O projeto desses edifícios deve ainda levar em consideração que o seu usuário diferencia-se do usuário urbano. A criança urbana vive em uma sociedade letrada. É fácil para ela aprender a ler, pois vive em uma comunidade carregada de informação escrita – *outdoors*, revistas, jornais, etc. Ao contrário disto, a criança da zona rural tem disponível a natureza que a auxilia na exploração de sensações. Paisagens e espaços dinâmicos são comuns em seu meio. Assim, é recomendável que a escola rural enfatize essas características na sua prática escolar e na concepção do seu edifício.

Considerando que os conteúdos das disciplinas são repassados aos alunos pela ação destes na pesquisa e na realização de trabalhos, pode-se deduzir que a realização desta atividade não deva ocorrer, necessariamente, em um ambiente exclusivo para cada turma, mas em espaços projetados para produção de trabalhos em grupo, e mesmo individual, que podem abrigar turmas de vários níveis de ensino. É possível considerar-se ainda que essas atividades exijam ambientes projetados como centros de mídia; com disponibilidade de livros, vídeos, jornais, revistas, redes de informação e computadores carregados com programas educacionais⁸. A sala de aula, ou sala de conferência, deve restringir-se a um pequeno número de ambientes, de tamanhos variados, a fim de serem eventualmente utilizadas para exposição de idéias e debate. Estes ambientes

(7) Ambiente desprovido de instalações, com dimensões e formas padronizadas.

(8) A maioria das escolas rurais do estado de São Paulo possui energia elétrica e equipamentos de informática e vídeo, ainda que somente utilizados pela secretaria e direção da escola.

também deveriam ser estudados de forma a dar possibilidade de sua utilização pela comunidade local.

Para viabilização desse programa, é necessária a quantificação do tempo demandado para exposição de idéias por disciplina e o tempo necessário para a realização dos trabalhos, em equipe e individual. É recomendável ainda que o programa arquitetônico seja apenas orientador, ou seja, não defina áreas de ambientes, mas oriente o projetista na identificação das atividades previstas na escola.

A área total fornecida pelo programa arquitetônico deve servir apenas como parâmetro de investimento do poder público em um edifício, ou seja, para um prédio abrigar 10 turmas de alunos por período (ou 10 classes) está previsto um investimento para uma área construída de 1.344,63 m² (área prevista no programa arquitetônico 2000 da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo para escolas que oferecem atendimento da 5^a à 8^a série). Esse edifício, no entanto, não precisa, necessariamente, possuir 10 salas de aula com 51,84 m² ⁹ e uma sala de informática com 77,76 m² ¹⁰, mas possuir ambientes que abriguem 10 classes em um mesmo período (aproximadamente 400 alunos mais pessoal de apoio – professores, diretor, secretárias, etc.) e possua uma área onde se localizem equipamentos de informática para utilização dos alunos.

Caberia ainda estudar uma forma de construção escolar em que a comunidade participasse da elaboração do projeto do edifício escolar, a fim de que esta acrescentasse ao programa arquitetônico deste edifício possíveis ambientes que julgar necessários ao desenvolvimento de programas que visem à supressão de carências regionais e valorizem a cultura local. Assim, sugere-se que inicialmente seja construído um “embrião” e posteriormente a comunidade, por meio do repasse de verbas estaduais, municipais e/ou federais, sob orientação técnica do órgão escolar competente, viabilize o restante da construção de acordo com suas necessidades e aspirações. Para tanto é necessário que se possua um roteiro básico de equipamentos e ambientes do edifício (programa arquitetônico orientador).

Ainda com relação ao prédio escolar rural, não se deve jamais esquecer que esse prédio, geralmente, é a única referência do que é público para a população das comunidades rurais e de que a escola, para essa população, é meio de ascensão social. Assim, sua arquitetura não necessariamente deve ser imponente, mas limpa, clara e digna.

REFLEXÕES PROSPECTIVAS

Quando se relaciona a escola ao desenvolvimento da sociedade da qual faz parte, é possível avaliar o quanto ela interferiu na trajetória de crescimento dessa

(9) Área modular estabelecida para a sala de aula no programa arquitetônico adotado pela Secretaria Estadual da Educação de São Paulo.

(10) Idem.

sociedade. A metodologia de ensino está diretamente ligada às necessidades de formação de mão-de-obra. Assim, vale a pena refletirmos sobre o atual estágio de desenvolvimento em que nos encontramos e reavaliar a atuação da escola que conhecemos hoje.

Em meados do século 19 as relações comerciais se davam pelo trabalho de artesãos. A industrialização ocorrida no final desse século e início do século 20 modificaram profundamente as relações de trabalho e a sociedade. A fim de sobreviver, os trabalhadores (então artesãos) tiveram que se reorganizar, reabilitar. A escola sentiu a necessidade de se modernizar de forma a preparar seus alunos para um mundo industrializado, tecnológico. É essa escola que ainda hoje conhecemos, baseada em teorias que incentivavam a experiência, o trabalho em grupo e a pesquisa.

Os métodos aplicados por essa teoria pedagógica fizeram surgir escolas como a Bauhaus¹¹, marco na transformação da arquitetura clássica para a moderna. Entendendo as transformações pelas quais o mundo estava passando, a Bauhaus instrumentalizou parte da população artesã de forma a adequar sua mão-de-obra às necessidades dos novos tempos. Desse movimento surgiu o *design* e a gravura. O que era produzido artesanalmente transformou-se em produto realizado em série. A atuação dessa escola possibilitou o deslocamento da mão-de-obra do trabalho manual para o trabalho industrial, e essa população acostumou-se com o novo *modus vivendi*.

Hoje, vivemos o não-lugar, o não-tempo, a simultaneidade, a virtualidade. A escola atual, assim como a Bauhaus, não deveria preparar as novas gerações para um novo momento histórico? A Bauhaus baseou-se no “concreto” Para que seus alunos entendessem seu processo industrial, utilizou o trabalho artesanal do objeto, a fim de que seus alunos entendessem o processo de transformação para viabilizar a sua produção em série. Hoje o que impera é a virtualidade. A televisão nos mostra, *on line*, uma guerra acontecendo do outro lado do planeta – gente morrendo de verdade; simultaneamente, mostra-nos uma guerra no espaço. Ambas as imagens possuem o mesmo realismo. O que é real? O que é virtual?

O construtivismo é a base da educação escolar de hoje, porém vivemos em um mundo virtual, hoje a “linguagem materna” é a TV e o computador. Qual criança de classe média não tem um videogame ou não assiste à TV?... Qual adulto de classe média não corre atrás do tempo? Celular, internet, *paggers*, bancos *on line*... Quem consegue se desvincular do trabalho *full time*? Não seria agora a hora de solicitarmos que a escola trabalhasse conceitos de conduta de tempo – ou não-tempo – para que as crianças de hoje não se tornem adultos neuróticos? Ou ainda que a escola prepare a mão-de-obra para uma nova alteração nas relações de trabalho?

(11) Escola de artes e ofícios surgida na Alemanha, no início do século 20.

O prédio escolar faz parte da transformação da escola e por se tratar de elemento construído, durável, fixo, deve transformar-se, a médio e longo prazos. Atualmente a escola ainda pode ocupar prédios construídos há 100 anos. Mas os prédios que estamos construindo hoje poderão ser ocupados daqui a 100 anos?

Nanci Saraiva Moreira
Mestre pela FAUUSP

Observação:

Este texto foi baseado na dissertação de mestrado: *Construção escolar – Desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo*, apresentada por Nanci Saraiva Moreira, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em agosto de 2000.

BIBLIOGRAFIA

- GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1997.
- VEIGA, José Eli. *Diretrizes para uma nova política agrária*. Trabalho apresentado ao SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, 3 maio 1998.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MOREIRA, Nanci Saraiva. *Construção escolar – Desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando a democratização do campo*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.